



CPI convoca Marconi e Agnelo e quebra sigilo de Demóstenes

Após dispensar mais três depoentes que optaram pelo direito constitucional ao silêncio, comissão de inquérito aprova a convocação dos governadores de Goiás, Marconi Perillo, e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, mas rejeita a do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Paulo Teixeira coordena votação dos requerimentos, ao lado de Odair Cunha. Álvaro Dias (C) e Vanessa Grazziotin (D) debatem a convocação de governadores

O silêncio de mais três depoentes na CPI foi seguido de intenso debate sobre a convocação dos três governadores. Ao final, foram convocados Marconi Perillo, do PSDB, e Agnelo Queiroz, do PT. A convocação de Sérgio Cabral, do PMDB, foi rejeitada. A CPI também quebrou os sigilos fiscal, bancário e telefônico de Demóstenes Torres, que depõe na comissão hoje. **3**

Vai para sanção criação de 20 mil cargos de professor universitário

O Plenário aprovou um projeto que autoriza o MEC a criar mais de 77 mil cargos em instituições federais. A maior parte é para o cargo de professor, do ensino básico ao superior. **4**



Delcídio do Amaral (C) coordena debate entre Nelson Serpa, Nelson Barbosa, Andrea Calabi e Benevides Filho

Santa Catarina, São Paulo e Ceará apoiam novas regras para ICMS

Mudança, referente apenas ao comércio eletrônico, beneficiaria os estados onde os produtos são comprados **5**

Jonas Pereira/Agência Senado

Projeto prevê até seis anos de prisão para quem comercializar lixo hospitalar **6**



Ana Volpe/Agência Senado

Schröder (Fenaj), Monteiro (Sindicato dos Jornalistas do Maranhão) e Sarney

Fenaj entrega a Sarney sua nova carteira de jornalista

O senador José Sarney recebeu ontem sua nova carteira de jornalista, com tecnologia que permite

acesso a banco de dados contendo informações profissionais. Ele lembrou que foi repórter policial. **2**

Senado aprova fim de concursos para formação de cadastro reserva **7**

Aprovado acordo que libera cônjuge de diplomata para trabalhar **4**

Pesquisadores criticam amarras que burocracia impõe à ciência **7**

Para especialista, Rio+20 fracassará por não ter apoio de EUA e China **8**

Lavagem de dinheiro deverá ser punida com mais rigor **2**

Na Comissão de Constituição e Justiça, Valadares e Eunício participam da sessão de aprovação do projeto, que segue agora para votação em Plenário



Márcio Kolumbe/Agência Senado



Eunício Oliveira, José Pimentel e Renan Calheiros participam da sessão que aprovou texto relatado por Eduardo Braga



Waldemir Brito/Agência Senado

Sarney recebe da Fenaj nova carteira de jornalista

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Maranhão, Leonardo Monteiro, e do presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder. Eles entregaram a Sarney sua nova carteira de jornalista profissional.

Monteiro explicou que a nova carteira tem tecnologia

digital e permite o acesso ao banco de dados com as informações do sindicalizado.

Sarney brincou dizendo que é jornalista antes de todos os que estavam na sala da Presidência, já que a carteira dele é de 1950, tendo sido a segunda inscrita no Maranhão. O senador lembrou que foi repórter policial.

— Muito me orgulha ter essa carteira — disse.

Plenário avalia mais rigor contra lavagem de dinheiro

Projeto amplia os casos de classificação do crime, permite delação premiada mesmo depois do julgamento e possibilita apreensão de bens que os criminosos registrarem em nome de “laranjas”

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que reforça o combate a crimes de lavagem de dinheiro. O texto vai a Plenário com pedido de urgência. Os senadores acolheram substitutivo da Câmara ao PLS 209/03, tornando mais eficiente a Lei 9.613/98.

O relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), destacou a possibilidade de punição por lavagem de dinheiro proveniente de qualquer origem ilícita. Hoje, o crime só é admitido quando os bens forem adquiridos com recursos do tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, sequestro, crimes praticados por organização criminosa e crimes contra a administração pública e o sistema financeiro.

— A mudança proposta igualaria nossa legislação à de países como Estados Unidos, México, Suíça, França, Itália, entre outros, pois passaríamos de uma legislação de “segunda geração” (rol fechado de crimes antecedentes) para uma de “terceira geração” (rol aberto) — ressaltou o relator.

O projeto aprimora a possibilidade de delação premiada, que poderá acontecer “a qualquer tempo”. Caso a lei seja modificada nesse sentido, o juiz, mesmo depois do julgamento, poderá deixar de aplicar a pena quando o criminoso colaborar com a Justiça.

Entre as alterações propostas à lei em vigor, está a possibilidade de apreensão de bens que os criminosos

registrarem em nome de terceiros, os chamados “laranjas”, para ocultar o patrimônio real. Atualmente, a lei prevê essa possibilidade de apreensão, no curso do inquérito ou da ação penal, apenas para bens ou valores que estiverem em nome do acusado de lavagem de dinheiro.

Braga considera também “muito importante a alteração no sentido de estender aos estados e ao Distrito Federal o direito de receber bens objeto de perda em razão de condenação penal”. O projeto prevê que valores arrecadados nos leilões desses bens se destinem a uma conta vinculada. No caso de absolvição, retornariam para os réus e, em caso de condenação, iriam para o erário.

Processo e punição devem ganhar agilidade

O projeto também pretende agilizar o processo judicial e a punição. O julgamento poderá ser feito sem a presença do réu, e o juiz poderá determinar a alienação dos bens antes da sentença final, quando houver risco de deterioração ou quando a manutenção for custosa.

Será ampliada a lista de instituições obrigadas a identificar clientes e informar operações

suspeitas, alcançando empresas que comercializam imóveis, artigos de luxo ou que agenciam atletas e artistas, além de empresas de transporte de valores. A multa para o descumprimento passará de R\$ 200 mil para R\$ 20 milhões.

Em seu voto, Braga resgatou dispositivo que dá à autoridade policial acesso a dados do investigado independentemente

de autorização judicial. Isso agiliza tudo, segundo o relator. Braga também resgatou a possibilidade de a Justiça acolher denúncia de lavagem de dinheiro, ainda não haja comprovação do crime ou que ele já tenha sido prescrito.

Voto em separado de Pedro Simon (PMDB-RS) não chegou a ser votado, devido à aprovação do relatório de Braga.

MINISTRO PARAGUAIO AGRADECE APOIO DE SARNEY A POLIDUTO

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência do Paraguai, Miguel Angel López Perito, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e agradeceu o apoio ao projeto de construção de um poliduto ligando o litoral do Paraná a Assunção, para o transporte de combustíveis e óleo de soja.

— O poliduto será muito importante para o Paraguai e para o Brasil. Serão beneficiados os estados do Paraná e de Mato Grosso, além da possibilidade de integração da fronteira — disse Perito.

Ele disse que a presidente Dilma Rousseff já escreveu ao presidente Fernando Lugo apoiando projeto. Também agradeceu o apoio de Sarney durante o processo de revisão do Tratado de Itaipu, que resultou na atualização de tarifas pagas pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia.



Jane de Araújo/Agência Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Câmara de Conselheiros do Marrocos, Mohamed Biadillah, que relatou as lutas de independência de áreas ao sul do país. A disputa envolve o Reino de Marrocos e

a Frente Polisário, que quer o reconhecimento da República Democrática Saaráui. “A posição brasileira continuará sendo de busca de equilíbrio, para que se possa encontrar uma solução fora dos caminhos da violência”, disse José Sarney.

Pacto federativo motiva reunião com o PMDB

O presidente da comissão criada pelo Senado para propor um novo pacto federativo, Nelson Jobim, vai agendar uma reunião com a bancada do PMDB para falar sobre o andamento das discussões.

Instalada no dia 12 de abril com a tarefa de rever as relações entre estados, municípios e União, a comissão é

integrada por ex-ocupantes de importantes cargos do governo, como ex-ministros e ex-secretários, que vão apresentar sugestões para acabar com a guerra fiscal, negociar as dívidas dos estados com a União e equacionar a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos royalties do petróleo.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Precatórios

14h A proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatório até 31 de dezembro é um dos itens da pauta.

PRESIDÊNCIA: Reunião da Mesa

10h José Sarney participa de reunião da Mesa do Senado e, às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA: Agricultura sustentável

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que autoriza a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares que empreendam práticas de conservação ambiental.

CI: Parcerias público-privadas

9h Na pauta da comissão, projeto sobre regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidade de interesse público.

CRE: Vistos de curta duração

10h Na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está, entre outros, o acordo com a União Europeia sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns.

CDR: Plano diretor

10h A União deverá prestar assistência técnica e financeira a municípios para elaboração do plano diretor, conforme projeto na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CMMC: Economia verde

10h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promove audiência pública, em conjunto com duas comissões da Câmara, sobre “Economia verde e tributação”.

MESA DO SENADO: Requerimentos

10h Reunião da Mesa do Senado para exame de requerimentos, entre outros assuntos.

CPI DO CACHOEIRA: Demóstenes Torres

10h15 Comissão de inquérito que investiga as atividades de Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, ouve depoimento do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

EXPOSIÇÃO: 124 anos da abolição

A exposição *Mostra de Documentos das Lutas Abolicionistas*, iniciativa da Secretaria de Arquivo do Senado, poderá ser visitada até amanhã no Espaço Ivandro Cunha Lima.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Agripino defende Gilmar Mendes e pede explicações de Lula

José Agripino (DEM-RN) divulgou ontem documentos apresentados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes que comprovariam que sua viagem à Europa em abril foi paga pelo tribunal, em avião comercial, e não através de carona com o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), em avião oferecido pelo contraventor Carlinhos Cachoeira.

O senador explicou que Mendes viajou para participar de uma palestra na Universidade de Granada, na Espanha, e de um jantar em sua homenagem promovido pelo embaixador do Brasil em Berlim, Everton Vieira Vargas.

— Fala-se aí que o trecho de



Senador apresentou documentos que confirmam viagem do ministro

São Paulo a Brasília teria sido feito no avião do Cachoeira. O ministro exibe para quem quiser tomar conhecimento o pedido de reserva e o pagamento pelo órgão do governo. E uma coisa que comprova tudo é a pontuação em milhas, que você só consegue se viajar — argumentou o senador.

Agripino classificou o ministro como “corajoso” por ter feito o relato da conversa com o ex-presidente Lula.

Para Cristovam, CPI revela promiscuidade da política no país

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem em Plenário que a CPI do Cachoeira vem revelando a promiscuidade com que se está fazendo política no Brasil.

—A CPI mostra a promiscuidade entre empresários, juízes, políticos, jornalistas e criminosos. Essa é uma verdade indiscutível.

O senador condenou o encontro entre o ex-presidente Lula e o ministro do STF Gilmar Mendes. De acordo com o ministro, Lula teria lhe oferecido blindagem na CPI para que, em troca, o julgamento do mensalão fosse adiado. Lula negou ter tratado do tema.

— O encontro é um fato. Que um dos dois está men-



“Ex-presidente tem quer ser ex”, diz Cristovam Buarque sobre Lula

tindo é um fato — declarou o parlamentar.

Para o senador, ministro do STF tem de ter um “recato natural” e distanciamento para julgar, enquanto “ex-presidente tem que ser ex”.

O episódio também foi comentado em apartes por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Pedro Taques (PDT-MT), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Aécio Neves (PSDB-MG) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Mário Couto acusa Lula de tentar desmoralizar o STF

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT pelo que classificou de uma tentativa de desmoralizar o STF, às vésperas do início do julgamento do mensalão. Segundo matéria da revista *Veja*, Lula procurou o ministro Gilmar Mendes para adiar a decisão do caso, em troca de sua blindagem nas investigações feitas pela CPI do Cachoeira.

— Não adianta dizer que isso é fofoca, não adianta tentar agora amenizar a situação. A situação está posta, foi posta pelo membro do Supremo Tribunal Federal, foi posta pelo ministro sério, que já foi presidente daquela



Para o senador, objetivo seria adiar o julgamento do mensalão

corte, que não escondeu, que falou à nação, que falou à imprensa — disse.

Para Couto, a denúncia de compra de parlamentares pelo PT teria levado o Congresso a cair em descrença e agora Lula tenta dominar a corte suprema do país para proteger os “patifes e sem-vergonha”. De acordo com o parlamentar, a atitude do ex-presidente é uma ameaça à democracia.

Governadores de Goiás e do DF terão de depor à CPI

Requerimento para convocação de Marconi Perillo e Agnelo Queiroz foi aprovado ontem pela CPI do Cachoeira. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, não será chamado, pelo menos por enquanto

OS GOVERNADORES DE Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), serão obrigados a depor na comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações criminosas de Carlinhos Cachoeira. Depois de acirrados debates, a convocação foi aprovada ontem. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), não será chamado. A ida de Marconi à CPI foi aprovada de maneira unânime. Já em relação a Agnelo, 16 parlamentares votaram a favor da convocação e 12 contra. No caso de Cabral, os contrários à convocação venceram por 17 a 11.

O grupo alegou que não há indícios suficientes do envolvimento do governador fluminense com Cachoeira. Nessa visão, seria necessário analisar os dados sigilosos da Delta em posse da CPI para verificar se há ligação entre Cabral e o contraventor.

— Nós vamos votar a vinda do governador Cabral só porque ele aparece com um lenço na cabeça? — ironizou Humberto Costa (PT-PE), referindo-se às fotos e vídeos em que o governador aparece numa comemoração em Paris, ao lado de Fernando Cavendish, ex-dono da Delta.

Sigilo telefônico

O requerimento para quebra de sigilo telefônico do governador Marconi Perillo causou polêmica. Parlamentares pediram a palavra para reivindicar procedimento idêntico em relação a Sérgio Cabral e Agnelo Queiroz.

— Não há como admitir a adoção de dois pesos e duas medidas para casos semelhantes — disse Alvaro Dias (PSDB-PR), do mesmo partido de Marconi.

O relator, Odair Cunha (PT-MG), lembrou que há 237 referências ao governador de Goiás nas gravações feitas

pela Polícia Federal, o que justificaria a necessidade de acesso aos dados telefônicos.

— Há indícios contundentes que apontam para o envolvimento dele. Não descarto quebra [de sigilo] de outros governadores, mas não é o caso no momento — afirmou.

Já o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) defendeu a privacidade dos dados dos governadores. Para ele, não há fundamentação jurídica para o pedido. Diante da controvérsia, o requerimento foi adiado.

Os três governadores são acusados de terem envolvimento com o grupo de Cachoeira. Cabral admitiu ser amigo de Fernando Cavendish, ex-dono da Delta. Contra Marconi, pesam acusações de que Cachoeira influía na nomeação de funcionários da administração estadual. No caso de Agnelo, há denúncias de que o contraventor era favorecido em licitações de limpeza urbana.



Senador Vital do Rêgo (2º à dir.) preside a CPI, que adiou a votação da quebra do sigilo telefônico dos governadores

Quebrados sigilos de Demóstenes, que depõe hoje

Por unanimidade, a CPI aprovou requerimentos de quebras de sigilo bancário fiscal e telefônico de pessoas físicas e jurídicas, entre elas o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

As empresas e pessoas são mencionadas nas investigações da Polícia Federal e têm

supostamente ligações com os negócios de Cachoeira.

Demóstenes depôs ontem no Conselho de Ética e negou envolvimento com o grupo do contraventor e Carlinhos Cachoeira.

O senador é esperado hoje pela CPI, mas seu advogado, Antônio Carlos de Almeida

Castro, antecipou que o parlamentar não falará durante a sessão. Ele pediu ontem à CPI que Demóstenes seja dispensado do depoimento, alegando que tudo já foi dito sobre o assunto no Conselho de Ética.

— Se por acaso ele tiver que comparecer, usará do direito de permanecer calado — advertiu.

Três depoentes se calam e um pede adiamento

Entre os quatro convocados a depor na CPI ontem, Lenine Araújo de Souza foi o único a falar e negou que tenha trabalhado na contabilidade ou tivesse sido sócio de qualquer empresa de Cachoeira. Ele prometeu colaborar com a comissão, mas somente depois de apresentar sua defesa no processo a que responde na Justiça Federal em Goiás.

Segundo Lenine, hoje haverá audiência com as testemunhas

de acusação e de defesa. Seu depoimento está marcado para amanhã.

— Estou aqui disposto a colaborar, mas não posso me manifestar sem ao menos saber o que as testemunhas vão falar. Proponho o adiamento de minha participação na CPI.

Com isso, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), marcou outro interrogatório com o acusado para a semana que vem.

Ontem, Lenine disse que está sendo humilhado e injustiçado desde que foi preso, em 29 de fevereiro, pela PF. Outros três convocados para depor ontem usaram o direito de permanecerem calados: Cláudio Abreu, ex-diretor da Delta Centro-Oeste; Gleyb Ferreira da Cruz, apontado como “laranja” do grupo; e José Olímpio de Queiroga Neto, acusado de ser gerente da organização.

Universidades federais terão mais 20 mil professores

Plenário do Senado aprovou projeto do Poder Executivo que autoriza o Ministério da Educação a criar até 2014 mais de 77 mil cargos em instituições federais de ensino, incluindo escolas técnicas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um projeto de lei que autoriza o Ministério da Educação (MEC) a criar mais de 77 mil cargos em instituições públicas de ensino, das escolas básicas às universidades federais, a serem preenchidos até 2014.

O projeto (PLC 36/12) agora vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

O objetivo da proposta, elaborada pela Presidência da República, é melhorar a educação em todos os níveis (ensinos fundamental, médio, técnico e superior).

O projeto cria perto de 44 mil cargos de professor, dos quais cerca de 20 mil para as universidades federais e 24 mil para as escolas de níveis básico, técnico e tecnológico.

São criados cerca de 28 mil cargos de técnico administrativo, 1.600 de direção e 4 mil funções gratificadas.

De acordo com o relator na Comissão de Educação, Roberto Requião (PMDB-PR), trata-se de uma das “mais expressivas” medidas de ampliação das instituições federais de ensino.

Para o senador, o projeto dá “concretude e eficácia” a dois programas do governo federal: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec).

Demanda

Eunício Oliveira (PMDB-CE) foi o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele, trata-se de uma “grande conquista”.

Segundo o senador, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, o Reuni e o Pronatec estão abrindo

centenas de milhares de vagas nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e, com isso, aumentando a oferta de formação profissional aos jovens nos grandes centros e no interior do país.

O senador afirmou que a retomada do desenvolvimento econômico do Brasil nos últimos anos fez aumentar a procura das empresas por profissionais de nível técnico e superior. No entanto, como a oferta de vagas para estudantes nas universidades e escolas técnicas do país ficou congelada durante décadas, segundo ele, faltam trabalhadores qualificados para atender à nova demanda.

Com o Reuni e o Pronatec, informou Eunício, o governo pretende instalar 47 novas unidades universitárias e 208 institutos de educação tecnológica no país até 2014.



Ana Amélia conduz debate da Comissão de Educação sobre economia criativa

Para especialistas, Brasil precisa apostar mais na “economia criativa”

A chamada economia criativa foi tema de uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O setor abrange desde manifestações artísticas como o Festival de Parintins até a indústria de *games*, passando por museus, teatros, mercado editorial e *design*.

Diretor superintendente do Instituto Itaú Cultural, Eduardo Saron apresentou uma série de dados para demonstrar a crescente importância do setor.

Utilizando um levantamento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, ele citou a estimativa de que a economia criativa aumentou de US\$ 227 bilhões em 1996 para US\$ 424 bilhões em 2005. As exportações de bens e serviços desse setor registraram crescimento de 8,7% em 2010.

— Mas o Brasil, apesar de ser a sexta economia do planeta, ocupa a 35ª posição nas exportações vinculadas à economia criativa.

De acordo com Saron, os trabalhadores brasileiros inseridos na economia criativa ganham mais do que os trabalhadores de outros setores da economia brasileira: R\$ 2.200 (contra R\$ 1.500).

Para Leandro Valiati, professor de economia da

cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), são necessárias ações institucionais, “formais ou informais”, e políticas públicas para consolidar o setor e permitir que “quem tem poder de mercado possa sobreviver e ser autossustentável e que quem não tem poder de mercado possa ser conduzido a sobreviver”.

— Há segmentos que geram menos emprego e renda, mas que geram desenvolvimento — argumentou.

Representante da Secretaria de Cultura de Goiás, Décio Tavares Coutinho disse que a economia criativa pode ser descrita como “o diálogo entre economia, cultura e tecnologia”.

Segundo Décio, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambas a serem realizadas no Brasil, representam uma oportunidade para o país desenvolver sua economia criativa.

Também participou da audiência Cláudia Leitão, que está à frente da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura — que ainda está sendo estruturada.

A audiência pública foi realizada por sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e conduzida pela senadora Ana Amélia (PP-RS).



O líder do governo no Senado, Eduardo Braga, fala durante votação do projeto que cria cargos no Ministério da Educação

Acordo permite a cônjuge de diplomata ter trabalho

O Senado aprovou ontem os textos de quatro acordos internacionais permitindo que dependentes do pessoal de missões diplomáticas possam exercer trabalho remunerado no país. Os acordos foram celebrados com Guiné-Bissau,

Albânia, Zimbábue e Jamaica.

O objetivo é permitir aos dependentes de membros do serviço exterior, principalmente aos cônjuges, o exercício de atividades que não sejam o mero acompanhamento de funcionário.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), diz que muitas vezes os dependentes renunciam a seus projetos:

— Entre as várias consequências, está o indesejado desmembramento do núcleo familiar.

Mozarildo propõe política de defesa para a Amazônia e a fronteira norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que a Consultoria Legislativa do Senado elaborou, a seu pedido, a minuta de um projeto de lei que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.

De acordo com Mozarildo, a Amazônia e a faixa de fronteira do Brasil compartilham problemas decorrentes da baixa densidade demográfica, como crimes transnacionais, conflitos fundiários, injustiça

social e degradação do meio ambiente.

— O Brasil não pode continuar como até aqui, de costas para a Amazônia, de costas para as fronteiras — alertou o senador, que é presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Mozarildo Cavalcanti informou ainda que, antes de submeter a proposta à subcomissão e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), deverá



Para o senador, Brasil não dá atenção aos problemas na faixa de fronteira

encaminhar a cada um dos senadores uma cópia do texto, a fim de que possam ser apresentados subsídios para o seu aprimoramento.

Plenário acata criação de varas do Trabalho no Distrito Federal

O Plenário do Senado aprovou um projeto que cria três varas do Trabalho no Distrito Federal. O projeto (PLC 13/12), a ser encaminhado para a sanção presidencial, estabelece que uma vara será criada em Brasília e duas em Taguatinga. De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a proposta prevê o acréscimo de três cargos de juiz do Trabalho ao quadro do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região. O projeto transforma, sem aumento de despesa, 20 funções comissionadas, nível FC-1, do quadro de pessoal da secretaria do TRT, em três cargos em comissão.

Aprovada alteração nos quadros do Ministério Público do DF

O Plenário do Senado aprovou um projeto (PLC 33/12) que transforma, no Ministério Público no Distrito Federal, 54 cargos de promotor de Justiça adjunto em um cargo de procurador de Justiça e 50 de promotor de Justiça. Três cargos foram suprimidos para que a mudança não aumente despesas. A medida adapta a estrutura do Ministério Público do Distrito Federal à Lei 11.697/08, que criou 73 varas e 77 cargos de juiz na Justiça do Distrito Federal e exigiu que o Ministério Público instalasse promotorias para garantir o funcionamento dessas varas. O texto vai à sanção presidencial.

Armando homenageia empreendedores premiados no Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Armaduras medievais, espadas e vitrais da Europa fazem parte do Museu Castelo São João, em Pernambuco.

A construção estimula o desenvolvimento cultural da população e foi citada terça-feira por Armando Monteiro (PTB-PE), durante a entrega do Diploma José Ermírio de Moraes a empreendedores que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Presidente do conselho do prêmio, o senador foi o responsável pela indicação de Ricardo Brennand, dono do castelo em Pernambuco.

— Brennand transformou seu inestimável acervo em instrumento de desenvolvimento social e cultural, com programas educacionais — disse o senador.

Armando Monteiro também parabenizou os outros dois homenageados, Assis Gurgacz e José Carlos da Silva Junior, afirmando que pioneirismo e perseverança são a marca dos empreendedores que atuam em momentos difíceis da história do Brasil.

Casildo pede ações pela indústria de Santa Catarina



Waldemir Barreto/Agência Senado

Encontro realizado em Brasília pela Federação das Indústrias de Santa Catarina com a bancada federal, secre-

tários de ministérios e autoridades do estado foi destacado por Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador salientou que Santa Catarina conta com 42 mil indústrias, que geram 736 mil empregos diretos (37% dos trabalhadores catarinenses).

Segundo Casildo, o setor industrial responde por 33% do produto interno bruto (PIB) local, por 44% da energia elétrica consumida no estado, por quase R\$ 6 bilhões em arrecadação de impostos e por 54% da pauta total de exportações.

O senador afirmou que Santa Catarina possui “uma dinâmica industrial de representação extraordinária e peso forte: 54% das exportações do estado são provenientes da indústria”.

Ele cobrou ações em favor das indústrias, como o aprimoramento da infraestrutura logística (portos, estradas) e tratamento mais justo ao setor no que se refere à reestruturação tributária.

Alteração na forma de cobrar o imposto beneficia os estados onde os produtos são comprados e faz parte de proposta de emenda constitucional debatida ontem por secretários estaduais de Fazenda

Estados apoiam reforma do ICMS para vendas na web

A PROPOSTA DE emenda constitucional que altera as regras de distribuição do ICMS em compras interestaduais por meio eletrônico foi avaliada positivamente pelos três secretários estaduais de Fazenda ouvidos ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apesar da concordância em torno da matéria, que beneficia os estados que compram mais mercadorias e serviços do que vendem, os debatedores cobraram a rediscussão do pacto federativo, com ênfase na definição de um novo critério para a atualização das dívidas estaduais.

O secretário de Fazenda do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho, considera que a falta de compartilhamento do ICMS pode comprometer o pacto federativo e afronta a igualdade de venda entre empresas, além de ferir a neutralidade tributária. Ele condenou a concentração das lojas virtuais nas regiões Sul e Sudeste, o que tira emprego e renda dos estados mais pobres.

— O meu estado estava começando a observar diminuição do crescimento da venda de televisores porque tudo estava sendo comprado nas “pontocom” de três estados — relatou.

Benevides defendeu a tese de que a internet traz a empresa para dentro do estado, o que faria o imposto ser devido ao estado comprador. Para ele, o compartilhamento do ICMS conforme a emenda deverá ser instituído assim que a proposta for aprovada, por não se tratar de criação ou aumento de imposto.

No mesmo sentido, o secretário de Santa Catarina, Nelson Antônio Serpa, pediu a implantação urgente da partilha do ICMS do comércio eletrônico. Segundo ele, a carga tributária mal distribuída resulta em dificuldade dos estados para prestar serviços à população.

Serpa também defendeu a discussão, no Senado, ainda em 2012, da renegociação das dívidas estaduais. Ele disse que os estados continuam

pagando juros altos à União, apesar das repetidas reduções da taxa Selic.

Mesmo estimando uma perda tributária de R\$ 2 bilhões por ano em seu estado, o secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, elogiou a proposta.

— Por um lado, faz sentido. É justo, a lógica está correta. Por outro, tem um impacto muito grande e muito importante para a arrecadação, mesmo do estado de São Paulo, com a dimensão que tem. Para o governo de São Paulo, apesar das perdas, a emenda, com sua “simplicidade tributária”, constrói a competitividade brasileira como um todo.

Calabi frisou que a divisão dos tributos se insere numa discussão mais ampla, que inclui o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a repartição dos *royalties* do petróleo.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que legislação proposta garante a simplificação do comércio eletrônico.

Alfredo Nascimento critica redução do IPI sobre concentrados



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alfredo Nascimento (PR-AM) criticou em Plenário, ontem, a decisão do governo federal de reduzir as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incidem sobre concentrados para a indústria de bebidas.

De acordo com o senador, a medida tira a vantagem do setor de bebidas do Polo Industrial de Manaus porque estende a todo o país a redução do IPI das fábricas de concentrados — para 15% até outubro deste ano e para zero até outubro de 2013.

Para Nascimento, a redução do IPI fomenta a insegurança empresarial e o desemprego, fragilizando a Zona Franca de Manaus e esvaziando um modelo que permitiu ao Amazonas desenvolver-se sem depredar o meio ambiente.

O senador informou que deverá encaminhar ofício ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, alertando para os efeitos da medida sobre os concentrados e pedindo que ele reveja a decisão.



Serpa, Barbosa, senador Delcídio do Amaral (presidente da CAE), Calabi e Benevides: debatedores destacam justiça tributária

Senador condena aumento do ICMS no Amazonas

Em pronunciamento na terça-feira, Alfredo Nascimento fez críticas ao governo do Amazonas pelo aumento do ICMS no setor de serviços, de 25% para 30%. Para ele, o governo estadual anda na contramão, tendo em vista as medidas de desoneração tributária anunciadas pelo governo federal para proteger o país da crise internacional.

O senador disse que também não é justo aumentar impostos no momento em que a população do Amazonas sofre com enchentes. Ele afirmou que o aumento do ICMS, já em vigor, prejudica os consumidores e o setor produtivo do estado.

Nascimento frisou que um cidadão com uma conta de R\$ 100 pagará R\$ 42 do imposto, fazendo com que o total chegue a R\$ 153, levando-se em conta outras taxas.

— O governo federal abre o debate em torno de medidas estruturantes e promete desoneração de energia e telefonia. Por isso, não há o menor sentido no aumento do ICMS promovido pelo governo do Amazonas. Se o governo federal abre mão de arrecadar, por que o Amazonas pega a mão contrária?

Pinheiro elogia mudanças pontuais no sistema tributário



Márcio Menezes/Agência Senado

O trabalho de modernização do sistema tributário realizado por meio de reformas pontuais pelo governo federal foi elogiado por Walter Pinheiro (PT-BA). O senador disse que, em vista do emaranhado de leis em que se assenta o Sistema Tributário Nacional, as tentativas para reformá-lo em bloco não têm conseguido sucesso. Na avaliação de Pinheiro, as mudanças já resultaram na redução do índice de desemprego, no aumento da renda do trabalhador e no funcionamento positivo da economia nacional.

Para o senador, uma das medidas do governo que contribui para reduzir o custo do emprego é a desoneração da folha de pagamento das empresas. Essa “engenhosa solução”, em sua opinião, evitou a redução de salários e contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho formal.

Dornelles: imposto unificado e fusão de contribuições

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu a desburocratização do sistema tributário do país. Segundo o senador, estudo do Banco Mundial apontou que, em 2008, uma empresa padrão gastava 2.600 horas por ano para pagar impostos no Brasil. Em apenas 23 dos 177 países pesquisados são necessárias mais de 500 horas.

Dornelles disse que o governo já estuda a fusão da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) com o PIS-Pasep, mas, em sua opinião, deveriam ser unificados também outros impostos como IPI, ICMS, Cide, Fust e Funtel. O senador defendeu proposta aprovada na Subcomissão da Reforma Tributária, que funcionou entre 2007 e 2009, que cria um único e amplo imposto sob o valor adicionado (IVA).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto do senador Humberto Costa aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais estabelece penas de reclusão e multa para venda, importação e descarte irregular de resíduos hospitalares

Comércio de lixo hospitalar poderá dar 6 anos de prisão

A VENDA, A importação e o descarte irregular de lixo hospitalar poderão ser tipificados como crime, com penas de reclusão e multa. A mudança no Código Penal é prevista em projeto de lei do senador Humberto Costa (PT-PE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para o descarte irregular, a proposta prevê reclusão de 2 a 4 anos e multa. Na venda e na importação ilegal, reclusão de 2 a 6 anos, combinada com multa. A penalidade poderá ser aumentada em um terço na hipótese de o material conter resíduos de tecido humano, restos orgânicos, substância química ou agente infeccioso.

O mesmo acréscimo será aplicado a quem usar meios fraudulentos para ocultar ou dissimular a origem ou a natureza do material. Em casos admitidos pela autoridade sanitária, será permitida a reutilização do material pela própria instituição que o produziu.

Apesar de representarem pequeno percentual do volume diário de lixo produzido no Brasil (cerca de 1%, em São Paulo), os resíduos hospitalares constituem alta periculosidade, ressaltou Benedito de Lira (PP-AL).



Vigilância sanitária de Pernambuco e polícia civil apreendem lixo hospitalar em Caruaru, em 2011

O senador observou que a Resolução 35/05 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) disciplinam a destinação do lixo da área de saúde. No entanto, destacou, na prática esses resíduos são descartados de forma irregular.

— Isso mostra que a legislação ambiental brasileira referente à destinação de resíduos sólidos, por mais avançada e moderna que seja, não está sendo suficientemente coercitiva para coibir práticas que põem em risco a saúde da população — avaliou.



Da CAS, presidida por Jayme Campos, proposta segue para a CCJ

Paulo Davim (PV-RN) lembrou que resíduos dos Estados Unidos e da Espanha chegaram recentemente aos portos de Suape (PE) e de Itajaí (SC). A matéria (PLS 653/11) segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marta elogia proposta de criminalização da homofobia

Marta Suplicy (PT-SP) elogiou ontem a comissão de juristas que elabora anteprojeto de novo Código Penal por sugerir a criminalização da homofobia e ampliar as situações



objetivo mudar a orientação sexual das pessoas.

Para ela, é inaceitável a aplicação de teorias e modelos que encaram a homossexualidade como um desvio ou uma opção que pode ser modificada pela simples vontade ou com supostas técnicas terapêuticas.

Marta afirmou ainda que um profissional de saúde que se presta a fazer “terapia reparativa” denota profunda ignorância em matéria de sexualidade e desvirtua sua função primordial, de oferecer apoio.

em que uma pessoa pode responder por discriminação.

— Quero parabenizar a comissão de juristas, porque ela está na vanguarda do que a sociedade pensa e do que é o século 21 — disse.

A senadora também comentou, em Plenário, documento da Organização Pan-Americana da Saúde rechaçando terapias que tenham como

Senado fará sessão especial de homenagem à Lei Joanna Maranhão

O Senado vai realizar sessão especial, no próximo dia 11 de junho, para comemorar a sanção da Lei Joanna Maranhão. O requerimento, de autoria de Magno Malta (PR-ES), foi aprovado na sessão plenária de ontem.

A Lei 12.650/12 altera as regras sobre a prescrição dos crimes de pedofilia, de estupro e de atentado violento ao pudor quando praticados contra crianças e adolescentes.

Agora, a contagem de tempo para a prescrição do crime só vai começar na data em que a vítima fizer 18 anos, caso o Ministério Público já não tenha aberto ação penal contra o agressor. Até então, a prescrição era calculada a partir da prática do crime.

A lei leva o nome de Joanna Maranhão em homenagem à nadadora que denunciou os abusos a que foi submetida durante a infância por um treinador.

Petecão encaminha denúncia contra governo da Bolívia

Sérgio Petecão (PSD-AC) anunciou na terça-feira a apresentação de requerimento para que o Senado tome providências sobre denúncias de violação de direitos humanos pelo governo boliviano. O senador também pretende encaminhar pedido, com o mesmo objetivo, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na semana passada, Petecão recebeu o deputado



Adrián Oliva e a senadora Jeanine Chávez, da Convergência Nacional Boliviana, que lhe entregaram um dossiê com denúncias de perseguições, prisões e mortes de

congressistas pelo governo Evo Morales.

As perseguições incluiriam parte da população brasileira que vive na Bolívia, disse Petecão, que acompanhou os parlamentares bolivianos em visita ao Senado e à Câmara dos Deputados.

Anibal destaca prêmio recebido pela Prefeitura de Rio Branco



Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, por ter recebido novamente o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, patrocinado pela ONU e pelo governo brasileiro.

É a segunda vez, em quatro edições do prêmio, que a Prefeitura de Rio Branco é contemplada. A administração municipal foi premiada pelo desenvolvimento dos programas de jardinagem comunitária, de hortas comunitárias nos vazios urbanos e de feiras de agricultura familiar nos bairros. Segundo o senador, os programas beneficiaram 4.600 pessoas que viviam em situação de vulnerabilidade social.

Davim quer ações mais efetivas contra a mortalidade materna

Em comemoração ao Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher e ao Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, celebrados na segunda-feira, Paulo Davim (PV-RN) cobrou medidas mais efetivas de saúde pública no país. O senador disse que programas criados recentemente, como o Rede Cegonha, começam a dar resultados, mas ainda é preciso dedicar atenção especial às regiões com maior índice de morte de mulheres, como o seu estado. Só assim, disse, será possível atingir a meta do milênio definida pela ONU, de um máximo de 35 mortes de mulheres para cada 100 mil crianças nascidas.



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

José Cruz/Agência Senado



Gim Argello (3º à esq.), presidindo a reunião, informa que pelo menos 12 leis podem ser alteradas com aprovação do projeto

Pesquisadores criticam amarras da lei na ciência

Novo marco legal do setor deve estabelecer apenas princípios gerais para não prejudicar o dinamismo da produção de conhecimento, segundo especialistas que participaram ontem de audiência no Senado

O FUTURO CÓDIGO de Ciência e Tecnologia deve ser enxuto e reduzir as amarras burocráticas que dificultam o trabalho de pesquisa. As recomendações foram apresentadas por pesquisadores ontem, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Divina das Dores de Paula Cardoso, lembrou que o Brasil já ocupa a 13ª posição no mundo em produção de conhecimento, mas ainda tem o desafio de aproximar os setores público e privado e tornar as instituições públicas de pesquisa mais livres das amarras da atual legislação.

A necessidade de flexibilizar

as leis, especialmente sobre compras e licitações, também foi lembrada pelo coordenador do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, Breno Rosa.

O assessor jurídico do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Clóvis Renato Squio, disse o projeto recebeu o nome de código porque o setor de ciência e tecnologia necessita de marco legal forte. Na presidência da reunião, Gim Argello (PTB-DF) contabilizou 12 leis que poderão ser alteradas com a aprovação do projeto.

O conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Jaime Martins Santana alertou que “o código não pode trazer novas amarras”.

— O novo código deve ter princípios gerais. A área é extremamente dinâmica, a gente não pode sair de uma amarra e criar outra — advertiu.

O secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Elias, ressaltou a tendência internacional de aumentar investimento em ciência e tecnologia, mesmo na crise.

O autor do requerimento para a audiência, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), lamentou que a atual legislação dê mais atenção ao “acompanhamento de processos formais” do que aos resultados obtidos.

— Se você tiver resultado expressivo no uso dos recursos, mas cometer uma falha processual, provavelmente será multado — afirmou.

Projeto proíbe crédito a quem usar trabalho escravo

Empresas e cooperativas, rurais e urbanas, que utilizarem mão de obra análoga à de escravo serão impedidas de receber subsídios econômicos de qualquer natureza. É o que prevê o projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (PLS 540/11). Agora a matéria será examinada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para votação final.

Plenário examina contribuição de R\$ 2 dos aposentados

Aposentados e pensionistas poderão passar a contribuir com pelo menos R\$ 2, em dezembro, para entidades que atuam na defesa de seus interesses. O PLS 672/11, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, foi sugerido pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas e segue agora para votação no Plenário, antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

Garçons poderão aposentar-se com 25 anos de trabalho

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais o PLS 652/11, que assegura aposentadoria especial a garçons após 25 anos de trabalho, devido às condições prejudiciais à saúde. O projeto, de Gim Argello (PTB-DF), segue agora para votação em Plenário. Além de garçons, o projeto beneficia trabalhadores que atuem nas funções de *maître*, cozinheiro de bar ou de restaurante e confeitiro.

Aprovado fim de concurso para cadastro de reserva

Projeto que proíbe concurso público exclusivamente para formação de cadastro de reserva foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça em votação final. Se não houver recurso para análise em Plenário, será enviado direto à Câmara dos Deputados. O PLS 369/08 é de autoria do então senador Expedito Júnior.

Empresas públicas e sociedades de economia mista escapam da proibição, devido a emenda apresentada por José Pimentel (PT-CE) e aceita pelo relator, Aécio Neves (PSDB-MG). No caso de concursos exclusivos para cadastro de reserva, essas estatais não poderão cobrar taxa de inscrição.

Os outros entes públicos deverão indicar, nos editais, o número de vagas. A medida, de acordo com o projeto, terá que ser respeitada em concursos de provas ou de provas e títulos, para administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Falsa expectativa

De acordo com o projeto, o cadastro de reserva será permitido somente para candidatos aprovados em número excedente ao de vagas a serem preenchidas.

Para o autor da proposta, a realização de concursos públicos sem que haja vaga a ser preenchida contraria os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência

ao criar nos candidatos falsas expectativas de nomeação.

Ao justificar o projeto, o então senador destacou que o mau administrador poderá valer-se da não obrigatoriedade de nomear candidatos dentro do número de vagas quando alguém de sua preferência não for aprovado ou para prejudicar aprovado que seja seu desafeto.

Decisão do STF

O autor lembrou que decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a obrigatoriedade de provimento dos cargos anunciados em edital de concurso público. Na decisão, o ministro Marco Aurélio observou que “a administração pública não pode brincar com o cidadão, convocando-o para um certame e depois, simplesmente, deixando esgotar o prazo de validade do concurso sem proceder às nomeações”.

O relator disse que o mais grave é submeter o concursando ao desgaste de um longo período de preparação, durante o qual incorre em despesas e sacrifícios pessoais e não raro familiares.

“Gasta com cursos preparatórios, às vezes com o abandono do emprego para dedicação integral aos estudos e, finalmente, com os valores cobrados para poder realizar as provas. Depois disso tudo, aprovado, passa a viver a expectativa e a incerteza da admissão ao emprego para o qual se habilitou”, destacou.



Aécio Neves (E) foi relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça

Márcio Kolumbe/Agência Senado

Jayne Campos saúda a Sudeco



Jayne Campos (DEM-MT) comemorou o primeiro aniversário da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Ele lembrou que, há quase quatro anos, como presidente da Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo, participou da aprovação do projeto de lei que restaurou a autarquia.

Ele elogiou o padrão de desenvolvimento imposto pela nova Sudeco, “pautado pela transparência nos gastos, pela racionalidade na aplicação dos recursos públicos e pela lógica da sustentabilidade”.

Capiberibe quer apuração no Amapá



João Capiberibe (PSB-AP) clamou os parlamentares de seu estado a apoiar o aprofundamento das investigações, pelo Ministério Público, sobre o novo esquema de desvio de recursos públicos na Assembléia Legislativa amapaense.

Segundo ele, enquanto o MP estadual tenta repor a moralidade administrativa, deputados abriram uma CPI para investigar promotores.

— Um grupo de deputados tenta confundir a opinião pública com a tática de colocar todos no mesmo balaio de gatos — disse.

Inácio Arruda elogia escolas técnicas



Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a construção de escolas profissionalizantes e registrou a inauguração da 87ª escola de ensino médio e profissional no Ceará, em Aquiraz.

Ele disse que o estado terá até o final de 2014 mais 140 escolas técnicas.

O senador explicou que os cursos oferecidos levam em conta a vocação da região. A de Aquiraz, por exemplo, tem cursos de edificações, eletrotécnica, rede de computadores e hospedagem.

— O que mais tira a juventude do descaminho é a escola, a educação, a formação profissional.

Rio+20 será fiasco por não ter apoio de China e EUA, diz professor da UnB

Em audiência, especialista em negociações do clima afirmou que, das potências, só a União Europeia se preocupa com a economia verde

O PROFESSOR DE relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Eduardo Viola afirmou que a conferência Rio+20 não tem condições de ser bem-sucedida.

De acordo com ele, que é especialista em negociações relacionadas ao clima, a Rio+20 não terá grandes avanços porque duas potências mundiais — os Estados Unidos e a China — não estão interessadas em negociações ambientais.

— Neste momento, temos três superpotências no sistema internacional: Estados Unidos, União Europeia e China. Elas são o centro do sistema. Das três, só a União Europeia, mesmo que limitadamente, orienta-se para uma economia mais verde. Estados Unidos e China são conservadores e não querem ceder soberania nacional — explicou, durante audiência pública realizada ontem pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Eduardo Viola disse que a Rio+20 vem num “momento errado da história” e se limitará a “acordos superdifusos que vão apenas repetir coisas já ditas em conferências anteriores”.

O diretor interino do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, Paulino Franco de Carvalho Neto, defendeu a criação de um conselho de desenvolvimento sustentável na Organização das Nações Unidas (ONU).

— O conselho teria mais



Eliezer Diniz, Márcio Macêdo, Paulino de Carvalho Neto e Eduardo Viola participam de audiência sobre economia verde

poderes e um *status* mais elevado do que a atual Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que tem um caráter mais de discussão, com pouco alcance de resultados concretos nas políticas públicas.

Carvalho Neto disse que o governo brasileiro defende o reforço do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), estabelecendo, por exemplo, que as contribuições dos países para o programa sejam obrigatórias, e não voluntárias.

O diretor ressaltou ainda que “as questões ambientais não devem ser vistas isoladamente, mas devem englobar também as questões sociais e econômicas”.

Pobreza

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Eliezer Martins Diniz disse que o

conceito de economia verde não tem grandes diferenças em relação ao de desenvolvimento econômico sustentável. O Pnuma, lembrou ele, define economia verde como “a que resulta em um maior bem-estar humano e igualdade social enquanto reduz significativamente o risco ambiental e a escassez ecológica”.

Diniz, que é economista e especialista em desenvolvimento sustentável, disse considerar o conceito um pouco redundante, pois a definição de desenvolvimento sustentável já trata desses temas. Ele explicou que a única diferença em relação aos dois conceitos é que o desenvolvimento sustentável dá mais ênfase ao aspecto econômico e ambiental enquanto a economia verde engloba também o aspecto social.

— Eu, como acadêmico,

acho que se pode fazer todo tipo de discussão com o conceito de desenvolvimento sustentável. Seria mais bem assimilado pelas pessoas que vão para a Rio +20 e poderia ter melhores resultados — avaliou.

Ele alertou ainda que a grande ênfase no aspecto social, na frente das prioridades ambientais, pode ser uma “armadilha perigosa”, pois países em desenvolvimento podem argumentar que não cumpriram metas ambientais estabelecidas por priorizar a erradicação da pobreza.

— Se os países em desenvolvimento simplesmente disserem que têm como prioridade a erradicação da pobreza e que, por isso, não cumpriram nenhuma meta, “está tudo certo”. É preciso haver cobrança de resultados ambientais muito claros.

Wellington pede ao Senado que priorize problemas agrários

Wellington Dias (PT-PI) falou ontem do Grito da Terra, movimento que reúne 8 mil trabalhadores rurais na capital federal.

Representantes do movimento pretendem entregar à presidente Dilma Rousseff uma lista com 140 reivindicações — como a conclusão das obras do Programa Luz para Todos, a criação de mais assentamentos e o atendimento urgente às vítimas da seca.

O senador lamentou que muitas famílias do Piauí já tenham perdido suas plantações com a seca.

O índice de perda chega a 87% em algumas regiões, segundo Wellington.

— Espero que essa pauta possa ter prioridade no Senado e no Executivo — afirmou.



Wellington Dias: trabalhador rural pede solução de problemas

Grito da Terra é motivo de orgulho, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou em Plenário a ocupação da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, pelo Grito da Terra.

— O Grito da Terra muito nos orgulha porque mostra o poder de mobilização da sociedade civil, de organização, principalmente dos que passam por maiores dificuldades — afirmou a senadora.

Segundo Vanessa, duas reivindicações estão na base da agenda dos trabalhadores rurais: a realização de uma ampla e massiva reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Os pedidos passam por políticas de saúde para a população do campo e da floresta, educação, habitação, inclusão digital, cultura e esporte, entre outros temas.



Vanessa Grazziotin: poder de mobilização da sociedade civil

Governo deve ir além do caminhão-pipa, defende Benedito

Benedito de Lira (PP-AL) lamentou a situação dos municípios do Nordeste atingidos pela seca. Embora reconhecendo que não é possível cobrar das autoridades o fim da seca, ele disse que pode-se adotar medidas que minimizem o sofrimento da população.

O senador afirmou que não existe um projeto que tenha como objetivo amenizar a situação das regiões atingidas ciclicamente pela seca e defendeu uma parceria entre União, estados e municípios.

— Não é possível que o Brasil seja a sexta economia do mundo e deixe parte da população passando fome e sede — protestou Benedito, para quem “é preciso ir além do caminhão-pipa”.



Moneira Maniz/Agência Senado

Valadares cobra de ministro ações contra seca no Nordeste

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) falou de um encontro realizado com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, no qual a bancada nordestina reivindicou ações para enfrentar o recrudescimento da seca na região — que já atinge 900 municípios e é considerada a pior dos últimos 30 anos.

Segundo ele, o ministro disse que obras de infraestrutura estão sendo executadas, como a construção de adutoras e projetos de irrigação.

— É o momento de pensarmos em não apenas atender ao sertanejo nessa emergência, fazendo com que ele não saia do seu lugar. O governo tem que tomar as providências cabíveis.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Governo vê indústria e ignora agronegócio, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) criticou o governo por deixar o setor agropecuário fora do programa de socorro à indústria. Ela ressaltou que o setor vem sustentando os números positivos da balança comercial, mas começa a sentir as consequências da falta de competitividade no exterior.

— Quando anunciou as medidas do Plano Brasil Maior, o ministro da Fazenda foi claro: o governo quer ajudar todos os setores da economia brasileira que garantem os empregos. Pois bem, a indústria agropecuária emprega diretamente milhões de pessoas e, mesmo com essa importância, parece ter sido esquecida pelo governo federal.



Moneira Maniz/Agência Senado

Cassol quer ponte sobre o rio Madeira, em Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) falou da audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na última sexta-feira em Ji-Paraná (RO). No debate, os senadores analisaram os vetos da presidente Dilma Rousseff a artigos do Código Florestal aprovado pelo Congresso, problemas na rodovia BR-364 e outros assuntos relacionados à agricultura.

O senador cobrou a construção de uma ponte sobre o rio Madeira e a retomada de obras na BR-364, entre Vilhena (RO) e Ouro Preto do Oeste (RO).

Cassol citou denúncias de irregularidades em licitações e criticou a qualidade de obras públicas em Rondônia.



Moneira Maniz/Agência Senado